



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes, Senhor Procurador Regional Eleitoral, tendo em vista que na sessão plenária do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, realizada em 7.12.2011, fui eleito para o honroso cargo de 1º Vice-Presidente daquela egrégia Corte, solicitei ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente Substituto dispensa da função eleitoral e renúncia ao cargo de Presidente deste Tribunal, o qual foi acolhido pela Corte nesta data.

Nesse contexto, apresento, em obediência ao contido no art. 20, XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRESC n. 7.357, de 17.12.2003) – disponibilizando eletronicamente aos eminentes pares nos documentos da sessão – o relatório dos trabalhos realizados durante esta gestão, de 25 de março a 30 de novembro de 2011<sup>1</sup>.

A referida síntese encontra-se melhor detalhada no relatório elaborado pela Direção-Geral (disponível na página deste Tribunal: [http://intranet.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/relatorios\\_de\\_gestao/relatorios\\_atividades/relatorio\\_atividades\\_dg\\_2011.pdf](http://intranet.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/relatorios_de_gestao/relatorios_atividades/relatorio_atividades_dg_2011.pdf)), o qual é composto pela exposição circunstanciada das atividades desenvolvidas pelas unidades de assistência direta e imediata da Direção-Geral e pelas Secretarias Judiciária, de Administração e Orçamento, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação.

Durante a minha gestão não foram realizadas eleições, mas o volume de trabalho foi intenso, já que a Corte deu prioridade ao julgamento de processos remanescentes das eleições de 2010, além de atender às determinações constantes das metas do Conselho Nacional de Justiça, em especial — apenas mencionando a esfera jurisdicional — à Meta 2 (julgar todos os processos judiciais com data de distribuição até 31.12.2007), sendo que o julgamento do último processo nela incluso ocorreu em abril de 2011, e à Meta 3 (julgar quantidade igual à de processos distribuídos e parte do estoque), como demonstram os dados estatísticos que integram o relatório da Direção-Geral.

A propósito, destaco que o Tribunal encerrou a análise das prestações de contas dos candidatos não eleitos em 2010 dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral — considerando as 570 prestações de contas de eleitos e não eleitos, a Corte julgou, ao todo, 8 prestações de contas de candidatos a governador; 2 de vice (os outros 6 apresentaram em conjunto com os candidatos a governador); 12 de senador; 12 de suplentes de senador, que as mostraram individualmente; 170 de deputado federal; e 366 de deputado estadual —, demonstrando, mais uma vez, a eficiência do Tribunal catarinense.

Foi, ainda, organizada — desde a gestão anterior — e realizada nova eleição em José Boiteux, que ocorreu em 3 de abril do corrente ano, devido à cassação dos mandatos de prefeito e vice-prefeito daquele Município.

<sup>1</sup> Sendo o período restante destinado à elaboração deste Relatório.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Na esfera administrativa, dei continuidade, como mencionei por ocasião de minha posse, aos projetos administrativos já em andamento.

Um dos projetos no qual me empenhei foi deflagrar, novamente, a reforma geral do Regimento Interno do Tribunal — que necessitava, há muito, ser modernizado e atualizado —, designando, para tanto, Grupo de Trabalho integrado por servidores e Comissão composta por Juízes, tendo sido o trabalho concluído com êxito e aprovado o novo Regimento na sessão de 12.12.2011.

Também considero relevante destacar a realização, com sucesso, em 30 de outubro, do Concurso Público n. 1/2011, para o preenchimento de cargos efetivos vagos de Analista Judiciário – Área Judiciária e de Técnico Judiciário – Área Administrativa no quadro de pessoal do Tribunal e para os que vierem a surgir durante o seu prazo de validade, o que deve amenizar a grave deficiência de recursos humanos que assola a Justiça Eleitoral de Santa Catarina, desde 2009.

O Planejamento Estratégico das Eleições 2012, coordenado pelo Grupo de Apoio ao Planejamento de Eleições (GAPE) — equipe multidisciplinar coordenada pelo titular da Coordenadoria de Eleições —, iniciou em maio do corrente e já se encontra bastante adiantado. Uma novidade na preparação do próximo pleito é a elaboração de planos de ação de melhoria pelas unidades orgânicas, cuja finalidade é identificar, planejar e executar ações de aperfeiçoamento na organização das eleições, os quais estão sendo elaborados paralelamente ao desenvolvimento do planejamento operacional do projeto. Um dos planos já aprovados e que merece destaque é a ampliação da participação das zonas eleitorais, o que torna o projeto eleições cada vez mais adequado à realidade dos cartórios, especialmente os do interior.

Destaco, por fim, que o detalhamento dos destaques acima delineados podem ser obtidos no corpo deste relatório.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2011.

Desembargador Sérgio Torres Paladino  
Presidente



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## 1 PRESIDÊNCIA

### 1.1 DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

#### 1.1.1 JUDICIAIS:

Foram subscritas por esta Presidência decisões em processos judiciais oriundos da Secretaria Judiciária, tais como:

- multas eleitorais (intimação para recolhimento, pedidos de parcelamento, inscrição em dívida ativa e pedidos de reconsideração): **37**;
- juízo de admissibilidade em recursos especiais: **52**;
- despachos em recursos ordinários: **8**;
- processos judiciais oriundos da Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (prestação de contas, consultas, registros partidários, entre outros): **214**;
- novas eleições: **4**;
- agravos de instrumento: **15**;
- agravos regimentais: **1**;
- informações em mandados de segurança: **5**;
- inquérito policial: **1**;
- despacho em *Habeas Corpus*: **1**.

#### 1.1.2 ADMINISTRATIVAS:

Além dos despachos em documentos e em processos – quer administrativos, quer judiciais –, foram proferidas pela Presidência decisões sobre os mais diversos temas, conforme síntese abaixo, em processos administrativos oriundos da Assessoria da Presidência, da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Coordenadoria de Controle Interno.

##### 1.1.2.1 ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA (ASSPRES):

- Relatório da Auditoria de Controle Patrimonial e Controle de Estoque (armazenagem e distribuição) - Exercício 2010" elaborado pela Coordenadoria de Controle Interno (CO-CIN);
- Requerimento – requisição de servidores para as zonas eleitorais;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Estudo a respeito dos materiais de divulgação institucional e de serviços a serem disponibilizados nos espaços disponíveis junto aos Fóruns Municipais – Casas da Cidadania;
- Recomendação do CNJ – instituição de mecanismos de cooperação judiciária entre órgãos no Poder Judiciário;
- Funcionamento da Justiça Eleitoral no período de recesso forense.

### 1.1.2.2 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO (SAO):

- Análise de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento do SICAF às empresas licitantes nos Procedimentos Administrativos CMP/SAO n. 251/2010, n. 379/2010, n. 034/201, 102/2011 e 143/2011;
- Alteração da Resolução TRESA n. 7.453/2005, que dispõe sobre os procedimentos de transferência de bens quando há alteração na titularidade da chefia de cartório;
- Requisição – pagamento – execução de honorários;
- Indenização de diligências realizadas por oficiais de justiça – 52ª Zona Eleitoral/Anita Garibaldi e 17ª Zona Eleitoral/Jaraguá do Sul;
- Minuta de convênio firmado pelo TRESA e TJSC;
- Apreciação da proposta para que o acervo patrimonial do centro de memória passe a ser gerenciado pela Seção de Patrimônio/CMP/SAO e o acervo documental passe a ser gerenciado pela Seção de Arquivo/CGI/SJ;
- Plano nacional de segurança de magistrados;
- Solicitação de pagamento de diligências a oficiais de justiça *ad hoc* em sindicância punitiva;
- Pedido de reconsideração da decisão que aplicou penalidade à empresa licitante no Procedimento Administrativo CMP/SAO n.143/2011;
- Pedido de pagamento de diária formulado por servidor deste Tribunal;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados para a SAO.

### 1.1.2.3 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP):

- Requerimento – Liberação do valor relativo aos atrasados da parcela denominada VPI;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Cumprimento da decisão judicial da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça na Medida Cautelar n. 5665-SC, relativa à ascensão funcional;
- Licença para capacitação – contagem de prazo nas situações em que a lei faz referência a fruição de mês;
- Pedidos de alteração de horário de expediente nas zonas eleitorais;
- Pagamento de quintos;
- Grupo de trabalho a fim de proceder a estudos acerca de procedimentos internos concernentes à licença ao servidor por motivo de doença em pessoa da família e apresentação de regulamentação interna para a matéria;
- Propostas de alteração da Resolução TRESA n. 7.525/2006, que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde/PAS dos servidores do TRESA;
- Reclamações de eleitores acerca dos serviços prestados pela Central de Atendimento ao Eleitor de Florianópolis;
- Requisição de servidores, sob o enfoque da Resolução CNJ n. 88/2009;
- Sindicância Punitiva;
- Opção pela permanência em atividade, bem como pelo abono correspondente previsto no art. 40, § 19, da CF/88;
- Requerimento para que seja disciplinada a questão envolvendo o horário de trabalho dos requisitados do Município de Chapecó;
- Proposta de alteração da estrutura orgânica da Secretaria do TRESA;
- Requerimento – cessão de servidora para exercício de cargo em comissão no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;
- Consulta – Indicação de substituto para a chefia de cartório;
- Aplicabilidade da Resolução STF n. 195/2000 no cálculo das gratificações de que trata a Lei n. 8.350/1991 e o Decreto-Lei n. 1.676/1979;
- Disponibilização de crachás para os servidores da Procuradoria Regional Eleitoral;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Decisão proferida pelo STF no Recurso Extraordinário n. 581.113-SC determinando a nomeação dos requerentes para os cargos para os quais foram aprovados no Concurso Público n. 1/2001;
- Consulta sobre o procedimento a ser adotado por este Tribunal, quanto à retenção de imposto de renda sobre os juros moratórios devidos, referentes a verbas de exercícios anteriores;
- Pedido de trânsito de servidores;
- Autorização para retificar o formulário SISACNET referente aos proventos de pensão civil auferidos pela viúva de servidor inativo;
- Proposta sobre a organização e o funcionamento da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina;
- Pedido de prorrogação do prazo para posse de Desembargador;
- Programa de Preparação para Aposentadoria;
- Substituição de servidora para participação em curso na Sede do Tribunal;
- Requerimento – revisão da atual jornada de trabalho e implantação de nova jornada de seis horas diárias de atividades;
- Proposta de alteração da Resolução TRESA n. 7.353/2003, que dispõe sobre o funcionamento das Centrais de Atendimento ao Eleitor;
- Requerimento – permanência de dependente de servidor como usuária do Programa de Assistência à Saúde (PAS) até o proferimento de decisão judicial;
- Proposta de portaria a respeito do Programa de Reciclagem Anual a que estão sujeitos os ocupantes dos cargos efetivos de Analista e Técnico Judiciários, Área Administrativa, Especialidade Segurança, do quadro de pessoal deste Tribunal;
- Consulta – possibilidade de designação de servidor ocupante do cargo de agente de segurança para atuar nos Cartórios Eleitorais de Criciúma;
- Requerimento – Pagamento do auxílio-alimentação, em virtude do exercício de função comissionada de Chefe de Cartório;
- Contratação de estagiários;
- Pedido de remoção de servidores;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Projeto de alteração da Resolução TRESA 7.457/2005;
- Requerimentos – Licença para acompanhar cônjuge;
- Propostas de alterações da Portaria P. n. 199/2010, que dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde deste Tribunal;
- Requerimento – pedido para a permanência de dependentes econômicos de servidor no Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal;
- Situações críticas de pessoal nos cartórios eleitorais;
- Acesso de servidores sem crachá nos prédios do TRESA;
- Comparecimento de servidor ao Cartório em condições inapropriadas à atividade laboral;
- Aplicabilidade da Resolução STF n. 195/2000 no cálculo das gratificações de que tratam a Lei n. 8.350/1991 e o Decreto-Lei n. 1.676/1979.
- Requerimentos – Licença para capacitação;
- Requerimento – Extensão do benefício do auxílio-alimentação, bem como a concessão dos demais benefícios concedidos a servidores cedidos ou em exercício provisório de outros órgãos, oriundos da administração pública federal, aos servidores públicos municipais que auxiliam os Juízes Eleitorais deste Estado;
- Grupo de Trabalho destinado a proceder a estudos visando ao aperfeiçoamento da Resolução TRESA n. 7.104/1998 – arrecadação, recolhimento e cobrança de multas eleitorais e outras questões relacionadas à matéria;
- Requerimento – Possibilidade de substituição de servidor em suas férias, licenças e demais afastamentos;
- Relatório psicológico referente ao Diagnóstico Organizacional realizado em zona eleitoral do Estado;
- Programa de atualização vacinal dos servidores deste Tribunal;
- Proposta para realização de exames periódicos pelos servidores deste Tribunal;
- Impugnação ao edital do Concurso Público n. 001/2011;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Pedido de liberação de servidor deste Tribunal;
- Processo administrativo disciplinar – requerimento formulado por servidor removido;
- Disciplinamento a respeito da jornada de médicos e odontólogos ante o teor do Ofício CNJ n. 116/SG-SCI e dos Acórdãos TCU n. 899/2010 e n. 683/2011;
- Requisição de servidores — Proposta elaborada pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, a respeito da redução do número de servidores requisitados;
- Despachos e decisões em Processo Administrativo Disciplinar e sindicâncias;
- Requerimento – benefício de pensão vitalícia;
- Requerimentos – licença para tratar de assuntos particulares;
- Requerimentos – requisições de servidores;
- Verificação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas;
- Requerimento – consideração administrativa do período de afastamento a título de licença médica;
- Ação Ordinária – remoção de servidor para a sede do Tribunal;
- Autorização – liberação de servidor para palestra na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
- Proposta de regulamentação interna sobre a prestação de serviço extraordinário e da compensação de horas laboradas além da jornada de trabalho por servidores deste Tribunal, nos termos da Resolução TSE n. 22.901/2008;
- Consulta – Publicação do relatório das remunerações e diárias pagas individualmente a servidores do quadro de pessoal deste Tribunal, na forma do Anexo VIII da Res. CNJ n. 102/2009;
- Designações – Juízes Eleitorais;
- Requerimentos – aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- Requerimentos – requisição de auxiliares eleitorais;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados à SGP.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.1.2.4 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI):

- Proposta – recomposição das Zonas Eleitorais de Lages;
- Requerimento – Tribunal de Justiça, possibilidade de realização de Eleições para Juiz de Paz;
- Proposta de Portaria a respeito da criação do Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito do TRESA, considerando as disposições constantes na Resolução CNJ n. 90, de 29.9.2009;
- Requerimentos – Solicitações de urnas eletrônicas;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados à STI.

### 1.1.2.5 COODENADORIA DE CONTROLE INTERNO (COCIN)

- Jornada de trabalho dos servidores médicos e odontólogos;
- Verificação de eventual ocorrência de acumulação indevida de cargos públicos, bem como a existência de percepção de remunerações acima dos valores máximos constitucionalmente estabelecidos, por servidores e magistrados deste Tribunal;
- Pagamento de indenização de férias prevista no § 3º do art. 78 da Lei n. 8.112/1990 - Acórdão TCU n. 1087/2011 – Plenário;
- Auditoria de Avaliação dos Programas de Governo atinentes ao exercício 2009;
- Auditoria em folha de pagamento e serviço extraordinário – Exercício 2009;
- Auditoria acerca da Administração Orçamentária e Financeira – Exercício 2011-1;
- Relatório de Gestão – Exercício 2010 – Recomendações à Secretaria de Administração e Orçamento;
- Convalidação da concessão de abonos de permanência;
- Auditoria em procedimentos de concessão de diárias – Exercício 2011;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Auditoria em folha de pagamento - Aplicação do art. 40, § 21, da Constituição Federal;
- Comunicação Interna COCIN n. 105/2011 - solicitações constantes do Relatório de Auditoria Prévia, relativas à Auditoria em Folha de Pagamento e Serviço Extraordinário, Exercício 2011;
- Despachos diversos em expedientes encaminhados à COCIN.

### 1.2 MEMBROS DO TRIBUNAL

**ELEIÇÃO E POSSE:** em virtude do término do biênio do então Presidente desta Corte, Desembargador Newton Trisotto, fui eleito na sessão de 9 de dezembro de 2010, oportunidade em que o Desembargador Irineu João da Silva foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, tendo a sessão de posse sido realizada no dia 24 de março de 2011.

**DOUTOR NELSON MAIA PEIXOTO:** em 4 de maio de 2011, tomou posse como juiz efetivo deste Tribunal, na categoria juiz de direito, na vaga deixada pela Juíza Cláudia Lambert de Faria.

**DOUTOR GERSON CHEREN II:** em 4 de maio de 2011, tomou posse como juiz efetivo deste Tribunal, na categoria juiz de direito, na vaga deixada pelo Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann.

**DOUTOR VANDERLEI ROMER:** em 30 de maio de 2011, tomou posse como juiz substituto, na categoria desembargador.

**DOUTOR LUIZ ANTÔNIO ZANINI FORNEROLLI:** em 27 de junho de 2011, tomou posse como juiz substituto, na categoria juiz de direito.

**DOUTORA BRIGITTE REMOR DE SOUZA MAY:** em 26 de setembro de 2011, tomou posse como juíza substituta, na categoria juiz de direito.

**DOUTOR LUIZ CÉZAR MEDEIROS:** a partir de 5 de novembro de 2011, em razão do falecimento do Desembargador Irineu João da Silva ocorrido na mesma data, assumiu interinamente como Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral.

### 1.3 PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque as de caráter normativo:

- Portaria P n. 82, de 30 de março de 2011: dispôs sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Portaria P n. 100, de 14.4.2011: Alterou a Portaria P n. 401/2009, de 7.11.2009, que dispôs sobre aquisição, locação, utilização, identificação, guarda e responsabilização pelo uso dos veículos oficiais no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense;
- Portaria P n. 101, de 14 de abril de 2011: dispôs sobre o controle de acesso às dependências do edifício-sede e anexo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, bem como da retirada de bens patrimoniais da Instituição;
- Portaria P n. 140, de 13 de maio de 2011: Revogou a Portaria P n. 421, de 14.12.2010, e estabeleceu o prazo de transição para a comprovação da dependência econômica para manutenção de dependente especial junto ao PAS;
- Portaria P n. 158, de 30 de maio de 2011: aprovou a "Tabela de Títulos para Classificação dos Procedimentos Administrativos";
- Portaria P n. 163, de 2 de junho de 2011: disciplinou o Programa de Reciclagem Anual a que estão sujeitos os ocupantes dos cargos efetivos de Analista e Técnico Judiciários, Área Administrativa, Especialidade Segurança, do Quadro de Pessoal deste Tribunal;
- Portaria P n. 170, de 15 de junho de 2011: Criou o Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 188, de 11 de julho de 2011: Alterou os arts. 3º, 8º, 11, 14, 25, 26 e 27 da Portaria P n. 199, de 30.6.2010, que regulamenta o Programa de Assistência à Saúde (PAS) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 190, de 6 de julho de 2011: Alterou o art. 3º, § 12, inciso II, da Portaria P n. 82, de 30.3.2011, que dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 202, de 27 de julho de 2011: Alterou o art. 35 da Portaria P n. 82, de 30.3.2011, que dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 231, de 8 de setembro de 2011: suspendeu os prazos judiciais na Justiça Eleitoral de Santa Catarina, no período de 8 a 12 de setembro de 2011, em razão da situação de emergência decretada em diversos municípios do Estado de Santa Catarina, em consequência das fortes chuvas ocorridas;
- Portaria P n. 240, de 13 de setembro de 2011: Manteve suspensos até 16 de setembro de 2011, inclusive, os prazos judiciais de que trata a Portaria P n. 231, de 8.9.2011, em relação às 26ª e 102ª Zonas Eleitorais (Rio do Sul) e à 39ª Zona Eleitoral (Ituporanga);



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Portaria P n. 251, de 26 de setembro de 2011: Transferiu as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público — 28 de outubro — para o dia 31 de outubro de 2011;
- Portaria P n. 278, de 28 de outubro de 2011: Acrescentou o § 32 ao art. 82 da Portaria P n. 199, de 30.6.2010, que regulamenta o Programa de Assistência à Saúde (PAS) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 286, de 16 de novembro de 2011: Dispôs sobre a prestação de serviço extraordinário e a compensação de horas laboradas além da jornada de trabalho por servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, lotados na sede e nos cartórios eleitorais desta circunscrição;
- Portaria P n. 291, de 23 de novembro de 2011: Dispõe sobre o plantão nas Centrais de Atendimento ao Eleitor no feriado previsto no art. 62, inciso I, da Lei n. 5.010, de 30.5.1966, na circunscrição de Santa Catarina.

### 1.4 RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As resoluções normativas que o Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência foram as seguintes:

- Resolução n. 7.820, de 11 de abril de 2011: Autorizou a realização de concurso público, com vistas à seleção de candidatos para o provimento dos cargos efetivos vagos do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e dos que vierem a surgir durante a sua validade;
- Resolução n. 7.821, de 11 de abril de 2011: Dispôs sobre o procedimento a ser adotado na hipótese de descumprimento do dever de prestar contas anuais pelos partidos políticos;
- Resolução n. 7.822, de 18 de abril de 2011: Dispôs sobre o calendário anual de sessões plenárias do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.823, de 20 de junho de 2011: Dispôs sobre os procedimentos do cadastro eleitoral e filiação partidária nos Municípios de Pescaria Brava e Balneário Rincão;
- Resolução n. 7.824, de 20 de junho de 2011: Alterou o § 3º do art. 2º da Resolução TRESA n. 7.461/2006, incluído pela Resolução TRESA n. 7.785/2010, que regulamenta a licença para capacitação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.825, de 20 de junho de 2011: Alterou o § 2º do art. 4º, o § 1º do art. 7º e os arts. 8º e 9º da Resolução TRESA n. 7.457, de 5.12.2005, que define critérios



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

para o exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau na circunscrição de Santa Catarina, bem como o art. 20, inciso VI, da Resolução TRESA n. 7.357, de 17.3.2003 (Regimento Interno do TRESA);

- Resolução n. 7.826, de 18 de julho de 2011: Alterou a Resolução TRESA n. 7.823, de 20 de junho de 2011, que dispôs sobre os procedimentos do cadastro eleitoral e filiação partidária nos Municípios de Pescaria Brava e Balneário Rincão;
- Resolução n. 7.827, de 15 de agosto de 2011: Alterou parcialmente a estrutura orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, aprovada pela Resolução TRESA n. 7.545, de 17.9.2007 (Regulamento Interno), modificada pela Resolução TRESA n. 7.802, de 28.7.2010;
- Resolução n. 7.835, de 17 de outubro de 2011: Dispôs sobre a realização de revisão de eleitorado nos Municípios de Presidente Castelo Branco, Piratuba, Celso Ramos e Rancho Queimado;
- Resolução n. 7.837, de 7 de novembro de 2011: Normatizou a elaboração e a publicação da Revista Resenha Eleitoral;
- Resolução n. 7.838, de 7 de novembro de 2011: Dispôs sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral de Santa Catarina durante o período de recesso forense, previsto no art. 62, I, da Lei n. 5.010, de 30.5.1966;
- Resolução n. 7.839, de 7 de novembro de 2011: Decretou luto oficial em razão do falecimento do Desembargador Irineu João da Silva;
- Resolução n. 7.840, de 21 de novembro de 2011: Dispôs sobre a instituição da Carta de Serviços ao Eleitor no âmbito da Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.841, de 28 de novembro de 2011: Dispôs sobre a competência dos juízes eleitorais nos municípios sob a jurisdição de mais de uma zona eleitoral.

### **1.5 DESTAQUES DAS UNIDADES ORGÂNICAS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA À PRESIDÊNCIA**

#### **1.5.1 ASSESSORIAS JURÍDICAS DA PRESIDÊNCIA**

As Assessorias Jurídicas, cujas atribuições são estabelecidas no art. 13 da Resolução TRESA n. 7.545, de 17.9.2007 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA), prestaram assessoramento direto à Presidência em seus atos de gestão atinentes ao desempenho de suas atribuições legais e regimentais; dirigiram, orientaram e coordenaram as atividades da unidade com vistas ao pronto e permanente atendimento à Presidência; realizaram estudos jurídicos e emitiram pareceres em procedimentos administrativos e em processos judiciais, quando determinado pela Presidência; subsidiaram



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

com pesquisas, análises e informações os despachos da Presidência nos recursos especiais e ordinários; elaboraram minutas de despachos a serem submetidas à apreciação da Presidência; analisaram minutas de atos normativos que envolvem matéria administrativa e eleitoral de interesse do Tribunal, na esfera de sua competência; sugeriram a elaboração de ato normativo sobre matérias relacionadas à área de atuação das assessorias; prepararam documentação necessária para subsidiar o Presidente quando de sua participação nos encontros do Colégio de Presidentes; subsidiaram a Presidência com a prestação de informações relativas a ações judiciais e reclamações administrativas para a Advocacia-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Corregedoria Regional Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral e outros órgãos públicos e entidades particulares; apreciaram procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Coordenadoria de Controle Interno, bem como processos judiciais, provenientes da Secretaria Judiciária, abrangendo todas as matérias mencionadas no item 1.1 deste relatório, além de analisarem, diariamente, os mais variados documentos encaminhados à Presidência, com vistas a oferecer subsídios para as decisões desta autoridade e executarem outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.

### 1.5.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL

A AICSC tem como missão primordial levar ao conhecimento do público externo e interno as ações da Justiça Eleitoral catarinense. Por se tratar de ano não eleitoral o foco das atividades dessa Assessoria foi a divulgação de atividades das áreas relacionadas ao planejamento, cursos e desenvolvimento de projetos, com destaque para as iniciativas dos diversos segmentos da Instituição. Merecem destaque: inovações no âmbito da comunicação as redes sociais com seus novos canais como excelente ferramenta de comunicação; divulgação dos atendimentos volantes por parte das zonas eleitorais, que passaram a envolver todas as equipes: imprensa, comunicação social e multimídia, tendo ocorrido de maio a novembro 31 atendimentos volantes, que demandaram a confecção de 107 *releases* enviados para os meios de comunicação, com ênfase na divulgação na imprensa local; elaboração de estudos das estratégias para a divulgação das eleições municipais de 2012, tendo sido aprovado o Plano de Ação para a divulgação do fechamento do cadastro e produzido, juntamente com a Corregedoria Regional Eleitoral, material para dar suporte aos cartórios eleitorais; prestação de assessoramento ao Presidente, Corregedor e demais juízes em ocasiões como entrevistas, eventos e sempre que solicitado.

#### 1.5.2.1 SEÇÃO DE IMPRENSA

Merecem destaque: produção de textos jornalísticos para *releases*, notas, boletins de rádios, entre outros; publicação, na página do TRESA, na *web*, de 735 notícias relativas à Justiça Eleitoral catarinense (muitas acompanhadas de vídeos) e 102 notícias do TSE; acompanhamento das sessões de julgamento do TRESA e das decisões dos Juízes Eleitorais do Estado publicadas no *DJESA* visando à elaboração de matérias jornalísticas, disponibilizando-se as informações em sua página na Internet em “Resumo da



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sessão”, e envio da respectiva resenha para os meios de comunicação (rádios, tvs, sites, blogs, jornais e profissionais jornalistas) cadastrados no *mailing*, atualmente cerca de 1.391 membros; acompanhamento e apoio a jornalistas e repórteres quando da realização de coberturas e divulgação de eventos realizados na sede do TRESC, como posses da Corte, visitas institucionais, reuniões etc.; atendimento a jornalistas por procura de informações, auxiliando-os em pautas e dirimindo dúvidas, sempre precedidas de pesquisas e consultas às unidades detentoras da informação técnica; consolidação da ferramenta *twitter* na rede social *web* (contando hoje com 1.550 seguidores e 1.412 mensagens postadas) que permitiu instantânea divulgação de notícias, acompanhamento de julgamentos e demais eventos de interesse da imprensa, diminuindo os contatos diretos feitos por jornalistas; lançamento na rede social da ferramenta *Facebook*, tendo sido postadas 534 mensagens no decorrer deste ano, cujas notícias estão sendo acompanhadas por cerca de 220 pessoas; com o apoio de empresa contratada, acompanhamento diário das notícias relacionadas com o TRESC e veiculadas em jornais, rádios e TVs estaduais, auferindo a repercussão das matérias elaboradas pela Assessoria e enviadas à imprensa; supervisão da impressão do material selecionado para o *Clipping* e entrega a unidades do Tribunal.

### 1.5.2.2 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Merecem destaque: produção do *newsletter* *enTREnós*, informativo *online* quinzenal, consolidado como fator agregador dos servidores, contendo temas de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense. Cursos, eventos, entrevistas, confraternizações, curiosidades e cultura (informativos, cada um contendo dois vídeos e seis matérias escritas, resultando em 44 vídeos e 132 reportagens); elaboração de textos para compor a arte gráfica divulgada através de *e-mails*, cartazes para o elevador, *banners* e outros produtos visando a ampla divulgação das Campanhas do Material Escolar e do Agasalho; apoio e assessoramento na divulgação de iniciativas de outros setores do TRE (como as realizadas pela SAMEO, Agenda Ambiental e Corregedoria, entre outros); consolidação do **TRENotícias** nascido em 2010 com a missão de apresentar os bastidores dos trabalhos do TRE-SC tanto para o público interno como para o público externo, cujas notícias são redigidas e publicadas em nossa página na intranet/internet, acompanhadas de vídeo que traz informações adicionais (46 matérias em vídeo publicadas de fevereiro a 29 novembro de 2011); publicação de 29 reportagens em vídeo selecionados do **TRENotícias** e do **enTREnós** com conteúdo de interesse externo, que ficaram disponíveis no canal do TRESC no *youtube* para a visualização e para utilização pelos canais de TV interessados, até 29 de novembro de 2011, somando 3.433 visualizações; colaboração na produção de material a ser utilizado pelas zonas eleitorais para divulgação de eventos locais – revisão eleitoral, atendimentos volantes, entre outros (32 campanhas realizadas de maio a 29 de novembro de 2011, que contaram com material diversificado, produzido com exclusividade para cada um dos eventos.

### 1.5.2.3 CERIMONIAL

Merecem destaque: organização e acompanhamento de solenidades de posse da Presidência e Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, da posse con-



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

junta dos Juízes da Classe Juiz de Direito, das posses, no Gabinete da Presidência, dos Juízes substitutos das Classes Desembargador e Juiz de Direito; implementação das Campanhas do Material Escolar e do Agasalho; tratativas para a reserva prévia do local a ser realizada a solenidade de diplomação dos candidatos eleitos na Eleição 2012; preparação da Solenidade de Posse dos novos dirigentes desta Casa e de dois Juízes que integrarão a Corte, na categoria Jurista, previstas para o início do próximo ano; contatos com os cerimoniais de diversos Órgãos das três esferas, para envio de fotos das autoridades e posterior alimentação no sistema do banco de imagens Picasa.

### 1.5.2.4 RECURSOS MULTIMÍDIA

Merecem destaque: execução de serviços multimídia como gravações e edições em vídeo e, criação e elaboração de peças gráficas para diversas unidades do Tribunal. Destacam-se: transmissão e gravação das sessões ordinárias e solenes do Pleno; vinhetação, gravação e edição de 44 edições do informativo **enTREnós**; publicação do Clipping TV na Videoteca; vinhetação, gravação e edição de 46 edições do **TRE Notícias**; gravação e edição de eventos diversos como cursos ministrados no TRESA; suporte técnico em multimídia a 57 eventos de treinamento e/ou reuniões na sala de múltiplo uso; implementação do banco de imagens Picasa; implementação do *Media Manager*; gravação de *spots* para rádio de 31 eventos de atendimento volante nas zonas eleitorais; execução de 51 itens de serviços de artes gráficas, dos quais destacam-se: Campanha do Agasalho 2011; Campanha do Material Escolar 2011; identidade visual e logomarca das Eleições 2012; materiais gráficos para as revisões do eleitorado, o fechamento do cadastro e eventos de atendimentos volantes nas zonas eleitorais; programação visual do serviço de *webconference* Conexão TRE; EAD - Projeto Gráfico dos Cursos da CED.

### 1.5.3 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

A Coordenadoria de Controle Interno tem como objetivos fundamentais, definidos pela Carta Constitucional, comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Obedecendo à legislação eleitoral em vigor, foram também examinadas as prestações de contas anuais dos órgãos estaduais dos partidos políticos e as prestações de contas de campanha eleitoral submetidas ao Tribunal por partidos, comitês financeiros e candidatos ao pleito de 2010, com a finalidade de subsidiar tecnicamente a apreciação judicial de tais contas.

O desenvolvimento dos trabalhos da Coordenadoria de Controle Interno pode ser descrito pela execução das atividades a seguir especificadas:

#### 1.5.3.1 SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO DE GESTÃO E AUDITORIA – ÁREA DE PESSOAL



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A partir da reestruturação ocorrida por meio da Resolução 7.827/2011, foram alteradas as atribuições da antiga Seção de Auditoria – Área de Recursos Humanos e restauradas as atribuições de controle prévio e acompanhamento da gestão das matérias afetas à área de pessoal.

**a)** execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria, Exercício de 2011, nas seguintes áreas: Secretaria de Administração e Orçamento: concessão de diárias; Secretaria de Gestão de Pessoas: concessão de adicional de qualificação; folha de pagamento e serviço extraordinário do período eleitoral de 2010; concessão de averbação de tempo de serviço/contribuição; procedimentos de requisição de pessoal; e concessão de benefícios. Elaboração de papéis de trabalho para aplicação dos programas de auditoria. Controle prévio em procedimentos de concessão de aposentadoria e pensão, além dos submetidos pela Administração para essa finalidade. A unidade manteve-se, ainda, à disposição permanente para manifestação em sede de controle prévio a respeito de questões submetidas pelos gestores para avaliação em razão da relevância ou complexidade; **b)** atendimento às diligências do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça; **c)** verificação da exatidão e da suficiência dos dados relativos à admissão, ao desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas da União, para fins de registro.

### 1.5.3.2 SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO DE GESTÃO E AUDITORIA – ÁREA ADMINISTRATIVA

Por força da Resolução 7.827, de 15.8.2011, que alterou parcialmente a estrutura orgânica da Coordenadoria de Controle Interno desta Corte, foram restauradas as atribuições de controle prévio e acompanhamento da gestão administrativa desta Seção. Assim sendo, a unidade passou a realizar, além da execução das auditorias previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria pertinente ao Exercício de 2011, o exame prévio de determinados procedimentos administrativos, conforme parâmetros estabelecidos na Comunicação Interna COCIN n. 83/2011, dirigida à Secretaria de Administração e Orçamento. Em síntese, seguem atividades desenvolvidas pela unidade neste exercício:

**a)** execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria, Exercício de 2011, nas seguintes áreas: Secretaria de Administração e Orçamento: (1) Avaliação da situação patrimonial dos bens do TRESA; (2) Administração Orçamentária e Financeira-Exercício 2010; (3) Aquisições, Contratações de Serviços e Convênios; (4) Administração Orçamentária e Financeira-Exercício 2011-1; (5) Sustentabilidade Ambiental; (6) Administração Orçamentária e Financeira-Exercício 2011-2; (7) Patrimônio Imobiliário; (8) Administração Orçamentária e Financeira-Exercício 2011-3; (9) Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira; Secretaria de Tecnologia da Informação: (1) Auditoria de Tecnologia da Informação. Elaboração de papéis de trabalho para aplicação dos programas de auditoria; **b)** controle prévio em relação aos seguintes procedimentos: (1) Dispensas e inexigibilidades de licitação com valores superiores a R\$ 8.000,00; (2) Licitações com valores superiores a R\$ 50.000,00. A unidade manteve-se, ainda, à disposição permanente para manifestação em sede de controle prévio a respeito de questões submetidas pelos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

gestores para avaliação em razão da relevância ou complexidade; **c)** atendimento às diligências do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça.

### 1.5.3.3 SEÇÃO DE EXAMES DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal Regional Eleitoral; encaminhamento de informações às zonas eleitorais do Estado acerca da distribuição de recursos do Fundo Partidário aos diretórios municipais dos partidos pelos respectivos órgãos estaduais, com vistas à instrução dos processos de prestação anual de contas dos entes partidários beneficiados; orientação a zonas eleitorais e a partidos políticos, buscando dirimir dúvidas pertinentes às contas anuais partidárias; acompanhamento e divulgação às zonas eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais, Superior e TRESA; orientação a candidatos, comitês financeiros e partidos políticos acerca das normas que se referem às prestações de contas relativas às Eleições 2010; emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas de campanha eleitoral prestadas à Justiça Eleitoral por partidos políticos, candidatos não eleitos e comitês financeiros, relativas às Eleições 2010.

### 1.5.3.3 SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL

A partir da reestruturação ocorrida por meio da Resolução 7.827/2011, que altera parcialmente a estrutura orgânica do TRESA, aprovada pela [Resolução TRESA n. 7.545](#), de 17.9.2007 (Regulamento Interno), modificada pela [Resolução TRESA n. 7.802](#), de 28.7.2010, houve o restabelecimento da Seção de Análise Contábil-SAC na Coordenadoria de Controle Interno. Desde então, esta Seção executou as seguintes atividades: **a)** elaboração e revisão dos papéis de trabalho, a fim de instrumentalizar a análise dos procedimentos administrativos submetidos a seu exame, fundamentando a emissão dos pareceres; **b)** conferência dos relatórios periódicos de movimentação dos bens móveis e do material no almoxarifado do Tribunal, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema de Administração Financeira da União – SIAFI; **c)** análise prévia e parecer nos procedimentos de pagamentos físicos e eletrônicos de maior complexidade submetidos à sua apreciação, sob os aspectos financeiro e contábil; **d)** conferência do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, elaborado pela COFIC - Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade; **e)** conformidade contábil no exercício da fiscalização dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Tribunal, informando à unidade gestora executora eventuais restrições; **f)** validação dos registros contábeis efetuados pelas Unidades Gestoras Executoras do Tribunal no SIAFI, em confronto com os documentos originários, solicitando os ajustes cabíveis; **g)** suporte técnico-financeiro e contábil às demais Seções da Coordenadoria.

### 1.5.4 OUVIDORIA



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A Ouvidoria é dirigida, desde 8.10.2010, pelo Juiz Julio Guilherme Berezoski Schattschneider e, para exercer as atribuições de Ouvidor substituto, foi designado pela Portaria P n. 232, de 8.9.2011, o Juiz Gerson Cherem II, em substituição ao Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann.

Casos destacados no período: manifestações relacionadas ao concurso público n. 001/2011 do TRESA, nas suas diversas fases; extração de certidão eleitoral via internet; morosidade do sistema *filiaweb* no período crítico de seu uso pelo público interessado.

Itens de controle – Indicadores de desempenho:

Indicador	Março/2011	Abril/2011	Maió/2011	Junho/2011
Acessos	20	26	16	28
Casos solucionados	17	18	15	22
Casos não solucionados/não admitidos	3	8	1	6
Tempo médio semestral para a solução (em dias)	2	2	2	2
Tempo máximo semestral para a solução (em dias)	2	2	3	3

Itens de controle – Indicadores de desempenho:

Indicador	Julho/2011	Agosto/2011	Setembro/2011	Outubro/2011
Acessos	53	11	73	124
Casos solucionados	48	11	66	103
Casos não solucionados/não admitidos	5	0	7	21
Tempo médio semestral para a solução (em dias)	2	2	2	2
Tempo máximo semestral para a solução (em dias)	3	3	4	4

Itens de controle – Indicadores de desempenho:

Indicador	Novembro/2011
Acessos	45
Casos solucionados	38
Casos não solucionados/não admitidos	7
Tempo médio semestral para a solução (em dias)	2
Tempo máximo semestral para a solução (em dias)	3



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **1.6 NOVA ELEIÇÃO DETERMINADA PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX (14ª ZONA ELEITORAL)**

Em 3 de abril de 2011, em face da cassação do prefeito e do vice-prefeito eleitos em 2008, foi realizada nova eleição no Município de José Boiteux, localizado na Região do Vale do Itajaí.

A totalização do pleito encerrou-se às 18h35min, no próprio Cartório Eleitoral. Dos 3.752 eleitores aptos a votarem, 3.265 (87,02%) compareceram e 487 (12,98%) se abstiveram. Houve também 52 votos em branco e 77 nulos. Foram utilizadas 12 urnas, nenhuma das quais precisou ser trocada e nenhum dos 48 mesários convocados pela Justiça Eleitoral faltou.

Embora a disputa pelos votos tenha sido acirrada — diferença de apenas 34 votos —, a eleição transcorreu com tranquilidade, sem nenhuma ocorrência de maior gravidade.

A diplomação dos eleitos ocorreu no dia 15.4.2011, às 9h, na Câmara Municipal daquele Município e a posse, às 10h.

### **1.7 REFORMA GERAL DO REGIMENTO INTERNO DO TRES**

Como mencionei na apresentação deste Relatório, deflagrei, novamente, a reforma geral do Regimento Interno deste Tribunal — que necessitava, há muito, ser modernizado e atualizado —, designando para tanto, por meio da Portaria P n. 94, de 8.4.2011, Grupo de Trabalho integrado por servidores e Comissão composta por Juízes da Corte (Juízes Julio Guilherme Berezoski Schattshneider, Rafael de Assis Horn e Oscar Juvêncio Borges Neto).

O Grupo encerrou seus trabalhos em 10.10.2011, conforme noticiado pela Presidência do Tribunal na Sessão Administrativa realizada na mesma data.

Do relatório final apresentado, destaco que: **a)** todos os Secretários e Coordenadores do TRES foram consultados sobre sugestões, mas não houve manifestação formal. Entretanto, houve a colaboração informal de algumas unidades, como a Coordenadoria de Pessoal, a Assessoria-Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral, a Secretaria Judiciária, a Coordenadoria de Sessões, a Coordenadoria de Gestão da Informação, a Assessoria da Direção-Geral e a Coordenadoria de Controle Interno; **b)** foram realizadas quarenta e sete reuniões — das quais foram lavradas atas que se encontram inseridas nos autos do Processo n. 7061706-43.2007.6.24.0000 (Matéria Administrativa n. 386) — efetuou-se amplo debate acerca dos temas em estudo e de seus pontos polêmicos, tendo por norte, principalmente, o Código Eleitoral, os Códigos de Processo Civil e Penal e legislação correlata, as Resoluções do TSE e do TRES; os Regimentos Internos do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça; sendo que, também, foram consultados os Regimentos Internos dos demais Tribunais Regionais Eleitorais e o do Tribunal de Justiça do Estado



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de Santa Catarina; **c)** para facilitar a análise da proposta pelos Juízes da Corte, o Grupo elaborou tabela, na qual constam, ao lado dos artigos do Regimento atual, os correspondentes da minuta apresentada, bem como um resumo da justificativa das alterações, quando ocorreram.

Remetida cópia dos documentos apresentados pelo Grupo de Trabalho aos Juízes da Comissão de Membros da Corte, para avaliação, o Juiz Julio Guilherme Berezoski Schattshneider encaminhou, por meio do Ofício n. 2/2011, sugestões de alteração ao projeto apresentado pelo Grupo, destacando que “ele foi mantido praticamente intacto”, pois as proposições “são limitadas a apenas doze dispositivos”, a grande maioria das quais foi acolhida por esta Presidência, resultando em proposta consensual de novo Regimento Interno, que foi aprovada na sessão administrativa de 12.12.2011.

### 1.8 METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

#### 1.8.1 METAS 2010

Foi divulgado, em abril do corrente ano, na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, que o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina ficou acima da média da Justiça Eleitoral em todas as metas prioritárias do Poder Judiciário em 2010, que foram definidas pelo 3º Encontro Nacional do Judiciário no ano passado. O relatório final do cumprimento das metas foi divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pode ser conferido no *link* <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-prioritarias-de-2010/documentos>.

Importante salientar que, além do TRESA, somente o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo conseguiu superar todas as médias da Justiça Eleitoral, que participou de oito das dez metas prioritárias do ano passado. As únicas exceções foram as metas 5 e 8.

O desempenho do TRESA acima da média ocorreu tanto nas suas quatro metas cumpridas (1, 4, 6 e 7) quanto em uma que foi parcialmente realizada (3) e nas três que não foram atingidas (2, 9 e 10), pois, nestes casos, poucos TRES conseguiram alcançá-las totalmente. No *ranking* de metas obtidas, o TRESA foi o 4º melhor entre os 27 TRES do País.

Faço este registro em homenagem à gestão anterior, do Desembargador Newton Trisotto, já que o relatório foi divulgado somente após o término de seu biênio e, por isso, não constou em seu relatório de gestão.

#### 1.8.2 METAS 2011

As novas metas nacionais a serem perseguidas pelo Poder Judiciário em 2011 foram definidas durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, no fim de 2010, em votação com os presidentes de todos os 91 tribunais brasileiros.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Foram selecionadas quatro metas para todo o Judiciário e metas específicas para cada segmento da Justiça, que podem ser conferidas no [link http://www.cnj.jus.br/metas-2011](http://www.cnj.jus.br/metas-2011).

As cinco metas que se aplicam à Justiça Eleitoral vêm sendo acompanhadas e coletadas conforme determinado pelo CNJ, observando suas periodicidades e prazos, bem como às instruções locais quanto aos procedimentos e responsabilidades.

Eis a situação atual:

- Meta 1 – Projetos estratégicos: a regulamentação para criar a estrutura interna que permitirá cumprir a meta encontra-se em fase de minuta, após reuniões entre as unidades afetadas;
- Meta 3 – Celeridade no julgamento: as informações sobre as 4 questões que compõem a meta são coletadas mensalmente pela Secretaria Judiciária (quanto aos julgamentos no TRESA) e pela Corregedoria (quanto aos julgamentos nas zonas eleitorais). No relatório publicado pelo CNJ sobre a situação no terceiro trimestre, a meta consta como tendo 82,72% de cumprimento no TRE/SC. Complementarmente estão disponíveis o [relatório detalhado do primeiro grau](#) e o [relatório detalhado do segundo grau](#);
- Meta 4 – Programas de esclarecimento ao público: apresenta Justiça Eleitoral para a população. O TRESA colocou à disposição dos cartórios eleitorais, desde 25.11.2011, material para apresentação em *power point*, veiculando informações sobre Justiça Eleitoral e Cidadania, com o objetivo de apresentar a Justiça Eleitoral para a sociedade, esclarecendo dúvidas, como a finalidade de sua existência e o seu papel na democracia, bem como alertar as pessoas quanto aos seus direitos e deveres para o melhor exercício da cidadania. O material foi desenvolvido pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento da Secretaria de Gestão de Pessoas, pela Secretaria Judiciária e pela Corregedoria Regional Eleitoral, com a participação da Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial na produção de material e divulgação, o qual também será utilizado como piloto em treinamentos de mesários que realizam cursos de Ensino à Distância (EAD) para atuação nas próximas eleições;
- Meta 6 - Planejamento Integrado de Eleições: o planejamento, que permanece sendo refinado, já se encontra publicado;
- Meta 7 – Carta de Serviços das zonas eleitorais: seu conteúdo foi aprovado em 21 de novembro de 2011 pelo Tribunal, por meio da Resolução TRESA n. 7.840/2011. A Carta de Serviços do TRESA foi lançada aos cidadãos durante a sessão ordinária do Pleno realizada em 7.12.2011. Um dos objetivos da Carta é informar à população quais são os serviços prestados pela Justiça Eleitoral e seus compromissos e padrões no atendimento, além de orientações de como eles podem ser acessados e controlados pelos cidadãos. O documento também detalha os procedimentos para obtenção



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

do título de eleitor, certidão de quitação eleitoral e de filiação ou desfiliação partidária, assim como sobre outros serviços oferecidos pelas 105 zonas eleitorais do Estado.

As informações de acompanhamento são registradas pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão com base nos dados periodicamente fornecidos pelas unidades responsáveis.

O cumprimento e acompanhamento das metas ocorre sob a coordenação da Dra. Brigitte Remor de Souza May, nomeada Juíza Gestora de Metas. Com sua anuência, as atividades ordinárias associadas a cada uma das metas foram atribuídas pela Direção-Geral às unidades mais proximamente associadas:

- Meta 1 (projetos estratégicos): APEG com apoio da STI e do GAPE;
- Meta 3 (celeridade no julgamento): SJ (segundo grau) e CRE (primeiro grau);
- Meta 4 (programas de esclarecimento ao público): AICSC;
- Meta 6 (sistema de planejamento de eleições na Intranet): STI;
- Meta 7 (carta de serviços no primeiro grau): CRE com apoio da Ouvidoria e da AICSC.

Nos dois exercícios anteriores as responsabilidades sobre as metas foram atribuídas às unidades por meio de portarias da Presidência e da Direção-Geral, que também definiram estruturas de apoio e de centralização das informações, com recursos da Direção-Geral (gabinete e assessoria), sob o comando dos Juízes gestores de metas.

No corrente ano, considerando a experiência adquirida, esta estrutura foi mantida à disposição da Juíza Gestora de Metas, mas agora considerada como parte das atribuições ordinárias das unidades em questão.

### 1.8.3 SISTEMA INFORMATIZADO DE INDICADORES DE METAS - SIM

Todos os dias, o TRESA registra uma série de atividades. Entre os procedimentos normais, existem os que precisam ser quantificados e comunicados à Direção Geral. São números levantados por diversos setores, que mais tarde culminarão nos indicadores oficiais divulgados a diversas entidades competentes ou reguladoras.

Até agosto do corrente ano esse procedimento funcionava sem um sistema informatizado. A partir de agosto, todos os envolvidos neste processo passarão a ter o apoio do Sistema SIM, uma ferramenta tecnológica desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESA.

Com o SIM vai ser possível formalizar a transmissão de diversos indicadores, bem como manter alertas de prazos, emissão de relatórios, medições, notificações, entre os grupos e usuários envolvidos.

Atualmente, o Tribunal apresenta números referentes às metas 2010 e 2011 do CNJ, além de informações sobre os Planejamentos Estratégicos do Judiciário, da Secretaria de Tecnologia da Informação e do TRE catarinense. Esses indicadores têm di-



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

versas frequências de lançamento, sendo lançados mensal, trimestral, semestral ou anualmente.

### 1.9 REVISÃO DO ELEITORADO

A Justiça Eleitoral catarinense realizou no corrente ano, sob a coordenação da Corregedoria Regional Eleitoral, a revisão do eleitorado dos Municípios de Celso Ramos, Piratuba, Presidente Castelo Branco e Rancho Queimado entre os dias 7 de novembro e 6 de dezembro, consoante determinado pela Resolução TRESA n. 7.835, de 17.10.2011, em face do disposto no art. 71 do Código Eleitoral, que prevê tal procedimento quando houver prova de fraude no alistamento ou na transferência de títulos em proporção comprometedoras.

Durante a revisão os eleitores dos referidos Municípios foram convocados a comparecerem a um dos postos de atendimento para comprovarem documentalmente seu vínculo com o Município, a fim de permitir que votem no Município somente aqueles que realmente participam do dia a dia da comunidade.

Em Rancho Queimado, que faz parte da 67ª Zona Eleitoral (Santo Amaro da Imperatriz), a necessidade de revisão decorreu principalmente da constatação de discrepância entre o número de eleitores cadastrados e a população local. No Município, o eleitorado é superior a 93% da população. Por meio de diligências, foram comprovadas irregularidades no cadastro eleitoral, pois apenas 22,24% dos eleitores pesquisados foram encontrados nos endereços declarados.

Com relação a Celso Ramos, pertencente à 52ª Zona Eleitoral (Anita Garibaldi), já houve uma revisão do eleitorado no fim de 2007, quando a Justiça Eleitoral realizou o procedimento em 88 municípios de 42 zonas eleitorais. Uma nova revisão fez-se necessária em razão de fraude no cadastramento eleitoral, o que gerou desproporcionalidade entre o número de habitantes e de eleitores, na ordem de 81,82%, conforme estimativa populacional do IBGE em 2008.

Quanto a Piratuba, ligado à 37ª Zona Eleitoral (Capinzal), o eleitorado constatado corresponde a 98,49% do número de habitantes, conforme Censo do IBGE de 2007, também havendo notícias de irregularidades na transferência de eleitores.

Já em Presidente Castelo Branco, da 9ª Zona Eleitoral (Concórdia), a revisão ocorreu porque o eleitorado é superior ao número de habitantes, o que indica fraude no alistamento eleitoral.

Piratuba, Presidente Castelo Branco e Rancho Queimado, tiveram 79% dos títulos revisados, e Celso Ramos alcançou o índice de 80%.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.10 DESTAQUES NA ÁREA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária aprimorou o acompanhamento das Metas do Conselho Nacional de Justiça de 2010 relativas ao 2º grau da Justiça Eleitoral catarinense, atualizando mensalmente o cumprimento das Metas 4 (lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento) e 7 (disponibilizar a produtividade dos magistrados no portal do Tribunal), além de atualizar a Meta 2 (julgar todos os processos judiciais com data de distribuição até 31.12.2007), até o julgamento do último processo nela incluso, em abril de 2011. Acompanhou também o cumprimento da Meta 3 de 2011 (julgar quantidade igual a de processos distribuídos e parte do estoque). Todos esses dados são divulgados oportunamente no site da Justiça Eleitoral, com o firme propósito de assegurar a transparência dos atos do Judiciário.

Com foco no próximo pleito, a Secretaria Judiciária: **a)** participou do planejamento das eleições 2012 com representante no grupo de trabalho, tendo atuado na formulação de diversos planos de ação, entre eles os projetos “treinamento e tira-dúvidas via *web*” e o “suporte conjunto para os Cartórios Eleitorais”, ambos com participação de servidores da Seção de Partidos Políticos; e **b)** foi responsável pela coordenação dos estudos e sugestões envolvendo as minutas de Resoluções do TSE, bem como presidiu o grupo de trabalho destinado a proceder à revisão da Resolução TRES n. 7.559, de 11 de dezembro de 2007, que trata da distribuição de competências dos juízes eleitorais, atinentes ao pleito municipal, nos municípios com mais de uma zona eleitoral.

Participou, também, do curso “atualização em atividades administrativas e cartorárias”, propondo um debate jurídico com os servidores, envolvendo temas relevantes e de interesse geral.

#### 1.10.1 INOVAÇÕES E PROJETOS IMPLEMENTADOS/CONCLUÍDOS

Registro:

- relançamento do Índice Temático, dicionário que contém todas as normas administrativas do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. A ferramenta existe desde 2005, mas a versão anterior não tinha uma forma dinâmica. No novo índice, o simples preenchimento do campo de busca permite ao usuário encontrar todas as resoluções, portarias, ordens de serviços e suas atualizações, referentes ao conteúdo buscado. O projeto foi desenvolvido pela Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, pela Seção de Legislação, Doutrina e Jurisprudência e pela Seção de Serviços *On-line*. A utilização de novas tecnologias foi fundamental para garantir ao usuário maior acessibilidade e fácil compreensão;
- conclusão dos trabalhos de mudança do Arquivo (cerca de 3.650 caixas) para o novo prédio localizado no Município de São José; no período de um ano – 2 de janeiro a 15 de novembro de 2011 – foram atendidas 86 consultas, com disponibilização de documentos escaneados; efetuados 51 empréstimos e 43 devoluções; bem como desarquivados três processos judiciais. Além disso, depois de recebidos, conferidos e registra-



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

dos no SADP, foram arquivados 3.516 processos judiciais e procedimentos administrativos. Foi dado prosseguimento ao trabalho de digitalização e indexação das atas das sessões do Tribunal; higienizadas 80.491 folhas de documentos referentes a eleições e a partidos políticos; restauradas, por empresa contratada, cerca de mil páginas (tamanhos especiais) que fazem parte dos 846 documentos eleitorais do período de 1945–1998, com inventário em fase de lançamento em base de dados, cuja digitalização e indexação será iniciada em breve;

- desmontagem para fins de mudança e descupinização dos móveis do Centro de Memória, que se encontra em fase de reorganização, após reavaliação de seu acervo, tendo sido levantados, higienizados e inventariados 314 documentos;
- proposição de um calendário anual das sessões plenárias, aprovado pela Corte, estabelecendo as datas das sessões com maior antecedência;
- incorporação ao acervo da biblioteca do Tribunal de 124 novos títulos, sendo 90 por meio de compra e 34 por meio de doação, além de 210 fascículos de periódicos;
- catalogação e disponibilização na Intranet de 751 acórdãos, 27 resoluções, 294 portarias da Presidência, 542 portarias da Direção-Geral e 2 ordens de serviço da Direção-Geral;
- indexação de 647 acórdãos e 33 resoluções, totalizando aproximadamente 14.141 registros, disponíveis nas páginas eletrônicas do TRESA;
- adequação da Resenha Eleitoral aos novos recursos tecnológicos disponíveis no mercado, assim como às metas do CNJ de redução de consumo de papel, a qual passou, a partir do volume 19, a ser publicada, exclusivamente em formato eletrônico, nas páginas do TRESA na Internet e Intranet, obtendo-se com isso: (a) eliminação dos gastos com o serviço gráfico e despesas postais; (b) agilidade na publicação das matérias; (c) possibilidade de publicação de um maior número de edições ao ano e, por conseguinte, de matérias atualizadas; e (d) aumento considerável do número de usuários que têm acesso à revista.

### 1.10.2 DADOS ESTATÍSTICOS

Para fins estatísticos, seguem alguns dados relativos ao exercício, cujo detalhamento consta no relatório da Direção-Geral, disponível na página deste Tribunal no endereço já declinado na apresentação deste relatório:

- Processos registrados, autuados e distribuídos: 906;
- Número de sessões judiciais: 61;
- Número de sessões administrativas: 35;
- Número de sessões solenes: 2;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Número de sessões extraordinárias: 1;
- Decisões assinadas: 676 acórdãos e 24 resoluções.

### 1.10.3 INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

A Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (SGED) procedeu à gestão eletrônica do inteiro teor dos acórdãos e resoluções (imagens e indexação), bem como disponibilizou todas as decisões do Tribunal até o dia útil imediatamente posterior ao dia do julgamento; catalogou e controlou a numeração das portarias, ordens de serviço e demais atos normativos de interesse do Tribunal, promovendo a sua indexação e publicação na Intranet; manteve atualizadas as páginas eletrônicas de legislação e jurisprudência eleitorais; alimentou permanentemente os meios eletrônicos de consulta à legislação e jurisprudência; fez a gestão do Sistema e-Docs, que possibilita a recuperação de todos os atos normativos do TRESA por meio de pesquisa textual em seu conteúdo, indexando os respectivos conteúdos.

Foram catalogados e disponibilizados 751 Acórdãos, 27 Resoluções, 294 Portarias da Presidência, 542 Portarias da Direção-Geral e 2 Ordens de Serviço da Direção-Geral.

Destaca-se a implementação do Sistema *Push* de Informações Jurisprudenciais, ocorrida em novembro do corrente, sob a responsabilidade dessa Seção e que aprimorou a comunicação e a difusão de informações para com o público externo.

### 1.11 DESTAQUES NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

#### 1.11.1 GESTÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS

Foram publicados 135 (cento e trinta e cinco) procedimentos licitatórios, os quais serão concluídos antes do período de recesso do Judiciário, sendo que a abertura da última licitação deverá ocorrer no dia 1º de dezembro de 2011.

Nessa seara, relevante destacar a elaboração do planejamento de contratações para 2012, publicado na Intranet deste Tribunal, prática iniciada em 2010 e que permitirá aperfeiçoar ainda mais a gestão e a manutenção dos indicadores acima mencionados no patamar desejado.

#### 1.11.2 INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

A Justiça Eleitoral catarinense vem migrando, ano após ano, para instalações independentes, o que se reflete no número de mudanças de endereços de zonas eleitorais, 11 apenas neste exercício, bem como nos números absolutos, visto que, das 105 zonas eleitorais do Estado, 35 estão instaladas em imóveis próprios e 41 em prédios locados.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A esse respeito, cabe salientar as seguintes realizações: a) conclusão da reforma do imóvel que abriga os Cartórios da 10<sup>a</sup>, 92<sup>a</sup> e 98<sup>a</sup> Zonas Eleitorais – Criciúma; b) conclusão dos projetos de reforma dos imóveis próprios que abrigarão os Cartórios das seguintes Zonas Eleitorais: Imaruí (62<sup>a</sup>), Itajaí (16<sup>a</sup> e 97<sup>a</sup>), Timbó (32<sup>a</sup>); Santo Amaro da Imperatriz (67<sup>a</sup>); São Carlos (70<sup>a</sup>) e Cunha Porã (83<sup>a</sup>), já tendo sido contratada a execução dos 3 primeiros projetos, sendo que os demais estão em fase de contratação. Encontram-se em andamento a reforma do imóvel ocupado pela 3<sup>a</sup>, 88<sup>a</sup> e 89<sup>a</sup> Zonas Eleitorais, com sede em Blumenau, bem como a segunda etapa da construção do imóvel destinado a abrigar o Cartório da 11<sup>a</sup> Zona Eleitoral, em Curitiba.

### 1.11.3 EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União para o exercício de 2011, disponibilizados até 30.11.2011, com suas suplementações, provisões e deduções, atingiram o valor de R\$ 129.250.037,46 (cento e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta mil, trinta e sete reais e quarenta e seis centavos). Por conta desses créditos, foram realizadas, no período de 24.03 a 30.11.2011, despesas no montante de R\$ 78.754.148,30 (setenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e oito reais e trinta centavos).

Foram recebidas, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, provisões orçamentárias no valor de R\$ 225.694,46 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), para custear eleições na comunidade e a realização de revisão do eleitorado dos Municípios de Piratuba, Castelo Branco, Celso Ramos e Rancho Queimado, tendo sido utilizado, no período de 24.03 a 30.11.2011, o valor de R\$ 118.924,57 (cento e dezoito mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

Os recursos financeiros colocados à disposição da unidade para atender aos pagamentos das despesas programadas foram movimentados através da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente, resultando em 3.655 procedimentos de pagamento. As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior e sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

### 1.11.4 CRÉDITOS ADICIONAIS

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária, para o pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas Civis, no valor de R\$ 937.816,00 (novecentos e trinta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais). Também foram recebidas suplementações orçamentárias nas ações de benefícios: auxílio pré-escolar = R\$ 48.995,00 (quarenta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais), assistência médica e odontológica = R\$ 146.778,00 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e oito reais) e Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados = R\$ 11.971,00 (onze mil, novecentos e setenta e um reais).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.12 DESTAQUES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

#### 1.12.1 INOVAÇÕES E PROJETOS IMPLEMENTADAS/CONCLUÍDOS

Destaco:

- profunda alteração nas regras do Programa de Assistência à Saúde (PAS), frente à realidade orçamentária do Tribunal para sua manutenção, e implementação, com o apoio da Coordenadoria de Soluções Corporativas da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, do formulário eletrônico via BREVE para ressarcimento de despesas com tratamento de saúde, facilitando os procedimentos aos servidores do Tribunal;
- continuidade do Programa Qualidade de Vida, com o Projeto Integrado de Saúde, dentro do qual se realizou no decorrer de 2011: a) mais duas etapas do Projeto “Stress: Eleições 2010”, com aplicação, em maio e outubro, da pesquisa “Escala de Percepção de Stress”; b) desenvolvimento e aplicação do Projeto Ginástica Laboral em Vídeo, em andamento; c) desenvolvimento e aplicação de formulário eletrônico via BREVE para solicitação de afastamento por motivo de doença; d) desenvolvimento do Projeto “Exame Periódico” para lançamento em novembro de 2011, e aplicação a partir de 2012; e e) realização de palestras informativas/educativas em saúde, em parceria com a UNIMED;
- implantação efetiva do módulo de folha de pagamento do SGRH a partir de janeiro do presente exercício, bem como a disponibilização do contracheque e comprovante de Imposto de Renda *on-line* aos servidores;
- implantação efetiva do módulo folha de pagamento do SGRH das autoridades eleitorais a partir de janeiro do corrente, bem como a disponibilização do contracheque e comprovante de rendimentos por meio eletrônico.

#### 1.12.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

No tocante à capacitação de servidores, a continuidade da adoção de *di-retriz* envidando os esforços para a realização de cursos *in company* e a distância, de modo a racionalizar os reduzidos recursos disponibilizados e beneficiar um maior contingente de colaboradores.

Seguindo o Programa de Desenvolvimento Organizacional aprovado pela Direção-Geral, em atendimento ao disposto no art. 6º, inciso III, da Resolução TSE n. 22.572/2007, foi executado o módulo IV – Saúde Ocupacional, num total de 14 (catorze) turmas, com o objetivo de alcançar todos os servidores da sede e das zonas eleitorais.

Ainda, no exercício de 2011, foram ministradas, até a primeira quinzena de novembro, 1.864 horas de curso, num total de 2.378 participações. Estes dados são



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

preliminares e incluem os cursos finalizados até a primeira quinzena de novembro de 2011.

Ressalta-se a manutenção da destinação específica da verba para o investimento no desenvolvimento e capacitação dos servidores lotados nas zonas eleitorais, que puderam participar de, pelo menos, duas oportunidades de treinamentos ou encontros *in company* e presenciais.

Elaboração de projeto que visa ao Treinamento de Mesários seguindo a metodologia de ensino a distância. Num primeiro momento, o projeto piloto prevê o envolvimento das 15 zonas eleitorais sediadas nos Municípios de Blumenau, Criciúma, Florianópolis e Joinville já para as eleições 2012. A modalidade estará disponível como opção para os mesários que já trabalharam em eleições anteriores e, muitas vezes, não querem participar novamente do treinamento presencial. Com a adesão de mesários ao projeto, haverá a redução do número de participantes no treinamento presencial, diminuindo o trabalho de infraestrutura, além de antecipar o treinamento de mesários, anteriormente ao período crítico que antecede às eleições.

### 1.12.3 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por meio da Resolução TRES n. 7.820/2011, por não haver concurso público válido ou em andamento, e já existindo um considerável número de cargos vagos e visando recompor a estrutura de recursos humanos necessários ao bom funcionamento da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, autorizou a realização de concurso público para o preenchimento de cargos efetivos vagos de Analista Judiciário – Área Judiciária e de Técnico Judiciário – Área Administrativa no quadro de pessoal do Tribunal e os que vierem a surgir durante o seu prazo de validade.

Deflagrado o procedimento pela Direção-Geral, a partir de diretrizes estabelecidas pela Presidência nos autos do Procedimento Administrativo SGP n. 23.149/2011, foi designada, por meio da Portaria DG n. 148/2011, Comissão do Concurso Público, integrada por servidores da Justiça Eleitoral, e realizado processo licitatório com vistas à contratação de empresa para executar o certame.

Contratada a empresa, a Comissão do Concurso, considerando o encerramento dos trabalhos voltados ao estabelecimento das diretrizes do referido certame, apresentou minuta de edital referente ao Concurso Público n. 001/2011 deste Tribunal, o qual, após aprovado, foi publicado no *Diário Oficial da União* de 25.8.2011.

Realizadas as provas em 30.10.2011, decorridos os prazos recursais e divulgado o resultado final em 2.12.2011, a Presidente da Comissão do Concurso encaminhou seu relatório consignando que foram observadas pela empresa contratada as determinações e etapas previstas no Edital e resolvidos satisfatoriamente os incidentes, manifestando-se pela conformidade de todas as suas etapas — as quais foram



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

fiscalizadas, *pari passu*, pela Comissão — à legislação vigente e, em especial, aos ditames editalícios, e, em decorrência, pela regularidade do certame.

Em vista disso, em 5.12.2011, foi homologado por esta Presidência o resultado final do Concurso Público n. 1/2011, cujo edital de homologação foi publicado no *Diário Oficial da União* de 7.12.2011, encerrando-se, assim, com êxito, o certame que, repisado, transcorreu dentro de absoluta normalidade, sem maiores incidentes.

### 1.13 DESTAQUES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Secretaria prosseguiu com a execução do seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), em consonância com as regulamentações e recomendações dos órgãos de controle, como o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União.

Foi criado o Comitê de Tecnologia da Informação (Portaria P n. 170/2011), grupo multidisciplinar com atribuição de deliberar sobre os investimentos em TI, bem como de priorizar projetos. Essa iniciativa tem como objetivo fazer com que a STI compartilhe com a Administração do Tribunal as principais decisões concernentes à Governança de TI.

Foi implantado programa de satisfação dos usuários, iniciado no final de 2011, por meio de pesquisa, com a finalidade de permitir uma análise mais aprofundada sobre a qualidade dos serviços prestados, uma vez oportunizada a manifestação dos usuários sobre suas impressões e necessidades. A partir disso, os gestores da área poderão adotar estratégias visando à melhoria contínua.

#### 1.13.1 III FORTI – Fórum de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral

A STI participou com destaque do III FORTI (Brasília, 7 e 8/11, com o tema Governança de TI), apresentando cinco dos dezesseis trabalhos selecionados dentre os mais de sessenta inscritos pelos Tribunais Regionais Eleitorais. São eles:

- Central de Serviços de TI: descreve o funcionamento do suporte à informática do TRESA, baseado em padrões internacionais;
- Descentralização do Acesso à Internet: propõe uma nova metodologia de acesso à Internet, de maior desempenho e menor custo;
- Análise Ergonômica da Urna Eletrônica: estudo que propõe uma redefinição da arquitetura atual da urna eletrônica brasileira;
- Aplicação do Gerenciamento de Projetos nas Eleições: compartilha a experiência do TRESA no planejamento integrado de Eleições, baseada em boas práticas de gerenciamento de projetos;
- Implantação dos Processos do Nível F do Modelo *MPS.Br*: detalha a maturidade dos processos de TI no desenvolvimento de *software*, que fazem deste Tribunal o único ór-



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ção público do Judiciário já certificado nesse modelo de referência.

O Fórum tem por objetivo promover o intercâmbio de soluções informatizadas desenvolvidas e utilizadas na Justiça Eleitoral, bem como incentivar a reutilização e portabilidade de sistemas entre os tribunais regionais e o Tribunal Superior Eleitoral, com o intuito de economizar em futuros investimentos tecnológicos. Nesta edição, o evento teve como tema principal para os trabalhos "Governança em TI com ênfase nas determinações dos órgãos de controles".

Historicamente, o TRESA sempre se destacou pela inovação tecnológica, em razão da qualidade técnica da equipe da STI, que via de regra, apresenta serviços e soluções com aplicabilidade nacional.

Além dos cinco trabalhos, o TRESA participa diretamente do projeto "PAE - Processo Administrativo Eletrônico", que será apresentado pelo TSE na ocasião. O PAE teve influência do Sistema Breve (ferramenta eletrônica interna utilizada pelo TRESA) que foi apresentada durante o II FORTI.

Além da equipe formada por gestores de TI, o Tribunal catarinense foi representado pelo Desembargador Luiz César Medeiros.

### 1.13.2 PLANEJAMENTO DE ELEIÇÕES, PRODUÇÃO E LOGÍSTICA

O Grupo de Apoio ao Planejamento de Eleições (GAPE), equipe multidisciplinar coordenada pelo titular da Coordenadoria de Eleições, iniciou em maio o planejamento operacional das eleições municipais de 2012. Por meio de um *software* de gerenciamento de projetos, foram mapeadas 1.050 atividades para o projeto integrado das unidades da sede do TRESA e cerca de 300 atividades para o projeto das 105 zonas eleitorais. Os cronogramas contemplam os prazos, as relações entre as atividades e as seções responsáveis pela execução.

Foi adotada a metodologia de planos de ação para fomentar a participação das unidades nos procedimentos de identificação, planejamento e execução de melhorias nos processos de trabalho e no projeto das Eleições 2012. Foram elaborados e já finalizados os seguintes planos: (1) acessibilidade aos portadores de necessidades especiais (PNEs); (2) ampliação da participação das zonas eleitorais no planejamento das eleições; (3) antecipação da produção de treinamentos por meio de ensino a distância (EaD); e (4) inclusão dos novos Municípios de Balneário Rincão e Pescaria Brava nos sistemas eleitorais, visando às eleições municipais de 2012. Além desses, há outros em desenvolvimento.

Merece destaque o desenvolvimento do sistema CONLOG, que permitiu a compilação de um cadastro unificado de logradouros municipais pelos cartórios, possibilitando maior agilidade no preenchimento dos requerimentos de alistamento eleitoral, reduzindo o tempo de atendimento e promovendo um significativo aumento da qualidade das informações que serão inseridas no cadastro de eleitores.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Com foco na melhoria da acessibilidade e na inclusão social, foram identificadas as seções com eleitores portadores de necessidades especiais (PNEs). Paralelamente, procedeu-se ao levantamento das condições de acesso aos locais de votação e seções eleitorais, colhendo-se subsídios a fim de solicitar às entidades mantenedoras dos locais que efetuem as necessárias adequações.

As atas e os relatórios eleitorais de 2010 foram, de forma pioneira, inseridas no sistema de arquivo de documentos eletrônicos e-Docs, permitindo a pesquisa e recuperação por texto livre.

Uma novidade na preparação do próximo pleito é a elaboração de planos de ação de melhoria pelas unidades orgânicas, cuja finalidade é identificar, planejar e executar ações de aperfeiçoamento na organização das eleições, os quais estão sendo elaborados paralelamente ao desenvolvimento do planejamento operacional do projeto.

Um dos planos já aprovados e que merece destaque é a ampliação da participação das zonas eleitorais, o que torna o projeto eleições cada vez mais adequado à realidade dos cartórios, especialmente os do interior. As zonas eleitorais foram divididas em polos regionais (Extremo-Oeste, com sede em Chapecó; Meio-Oeste, em Joaçaba; região serrana, em Lages; Alto Vale, em Blumenau; Norte, em Joinville; Sul, em Criciúma, e Grande Florianópolis, com sede na capital), sendo que em cada um deles estão sendo realizados debates que são levados pelos seus representantes ao GAPE. Os debates ocorrem via Internet, por dois meios; pelo fórum disponibilizado no Portal Eleições, ou por *e-mail*.

### 1.13.3 ELEIÇÕES DA COMUNIDADE

Merecem destaque as eleições parametrizadas, também nominadas de “eleições da comunidade”, pois incluem, para a sua realização, todos os trabalhos desenvolvidos para uma eleição oficial: preparação dos dados dos candidatos, base de eleitores, geração de mídias, configuração das urnas, suporte ao evento e, em alguns casos, a totalização.

Foram realizadas 18 eleições: Ministério Público de Santa Catarina; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) dos Municípios de Itapema, Lages, Cocal do Sul, Porto Belo, Palhoça e Concórdia; Eleições-Mirins dos Municípios de Imbituba, Caçador, Blumenau e Joinville; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselho Regional de Enfermagem (COREN); UNIMED Grande Florianópolis e Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados; Membros do Ministério Público e Profissionais do Direito Catarinense Ltda (Coomarca); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Schulz S.A. de Joinville; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Para a realização dessas eleições, foram utilizadas 870 urnas, abrangendo um colégio eleitoral de 553.737 eleitores.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.13.4 DESENVOLVIMENTO DE *SOFTWARES*

Foram desenvolvidos cinco projetos de software no ano de 2011, sendo que três destes já se encontram concluídos. São eles:

- SIM – Sistema de Indicadores e Métricas (concluído): permite gerenciar a execução do Planejamento Estratégico Institucional e outros planos estratégicos setoriais, mediante o registro e acompanhamento dos indicadores de gestão;
- Push – Informações Judiciais (concluído): permite o envio automático do Informativo Jurisprudencial, Pautas de Julgamento e outras informações judiciais para advogados e partes interessadas, por meio da Internet;
- Comunique – Contatos Institucionais e Eventos (concluído): gerencia os contatos externos ao TRESA, como Tribunais Superiores, Senado Federal e Câmara dos Deputados, dentre outros. O objetivo é facilitar o trabalho realizado pelos gabinetes para comunicação telefônica, eletrônica ou correspondências;
- Propaganda – Controle de Propaganda Eleitoral (em desenvolvimento): facilita o controle dos responsáveis habilitados à entrega e ao recebimento das mídias a serem veiculadas no horário eleitoral gratuito;
- Orçamento – Módulo de Proposta Orçamentária (em andamento): automatiza o processo de elaboração da proposta orçamentária desde as unidades solicitantes até o envio e consolidação pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Foi implantado também no âmbito de todas as zonas eleitorais o Sistema de Benefícios e Antecedentes Criminais, em uso até então na Corregedoria.

### 1.13.5 REESTRUTURAÇÃO DO *SITE* INTERNET E INTRANET

Visando aprimorar a comunicação com o público externo, conforme Planejamento Estratégico Institucional, foi constituído grupo de trabalho multidisciplinar, com o intuito de promover a reformulação dos *sites* da Internet e Intranet, facilitando, assim, o acesso às informações publicadas pela Instituição.

Sendo priorizada a Internet, por seu enfoque no público externo da Justiça Eleitoral, o grupo de trabalho definiu a arquitetura da informação do *site* baseando-se nos interesses dos diferentes usuários externos do portal. Esta arquitetura norteará o desenvolvimento do trabalho, permitindo a elaboração de novos layouts para as páginas e uma nova forma de navegação.

A primeira versão do novo *site* está prevista já para 2012.

### 1.13.6 AUTOMAÇÃO DE FLUXOS DE TRABALHO E OUTRAS OPERAÇÕES

Dentre os vinte e nove fluxos de trabalho automatizados por meio do Sistema de Fluxo de Formulários Eletrônicos – BREVE, destacam-se: (1) Comunicação Eletrônica (Res. TSE n. 23.325/2010): uniformiza o encaminhamento das comunicações, oriundas das zonas eleitorais, à CRESC; (2) Comunicação de Omissão de Prestação de Con-



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

tas: informa ao TRESA e ao TSE os partidos políticos que tiveram suspensão no recebimento de cotas do Fundo Partidário em razão da não apresentação da prestação de contas; (3) Alteração/Criação de Local de Votação: automatiza a comunicação de alteração/criação de local de votação, complementando o Sistema de Cadastro Eleitoral do TSE; (4) Publicação de Edital Licitatório: dá publicidade, de forma eletrônica, aos editais licitatórios, atendendo aos requisitos de assinatura digital e garantindo, assim, a autenticidade e integridade.

Destaca-se, ainda, a reformulação do Índice Temático, repositório onde estão consolidadas as normas administrativas do TRESA.

### **1.14 REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS**

#### **1.14.1 SESSÕES JUDICIAIS**

Em 9 de dezembro de 2010, fui eleito, à unanimidade, para o cargo de Presidente, juntamente com o Desembargador Irineu João da Silva, eleito para ocupar os cargos de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral deste Tribunal.

Em 4 de abril de 2011, anunciei à Corte, com o julgamento do Processo n. 578 (5982358-27.2006.6.24.0000), Classe VI, o cumprimento por este Tribunal da Meta 2/2010 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece o julgamento de todos os processos de conhecimento distribuídos até 31 de dezembro de 2007.

Em 11 de abril de 2011, parabeneizei os servidores e membros da Corte e com eles congratulei pelo excelente desempenho obtido pelo Tribunal, que superou a média da Justiça Eleitoral no cumprimento de todas as metas prioritárias do Poder Judiciário em 2010, definidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em 9 de maio de 2011, dei as boas-vindas aos Juízes Nelson Maia Peixoto e Gerson Cherem II, que naquela data integraram pela primeira vez a composição da Corte. Na mesma sessão, este Tribunal elegeu, à unanimidade, o Juiz Nelson Maia Peixoto para a Direção da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina – EJESC, nos termos do disposto no § 1º do art. 3º da Resolução TRESA n. 7.376/2004. Ato contínuo, dei ciência à Corte do conteúdo do Ofício-circular n. 001/2011, que trata de debate público realizado na internet para discussão do projeto de lei que propõe um novo Código de Processo Civil.

Em 30 de junho de 2011, manifestei minha alegria com o julgamento por este Tribunal de todas as prestações de contas dos candidatos às Eleições 2010 no prazo previsto pela Resolução TSE n. 23098/2009 (Calendário Eleitoral – Eleições 2010). Ato contínuo, destaquei o árduo e incessante trabalho desempenhado pelo Gabinete dos Juízes, Procuradoria Regional Eleitoral e Coordenadoria de Controle Interno, agradecendo não só aos setores referidos, mas a todos os que colaboraram para essa conquista.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em 1º de julho de 2011, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em sessão solene extraordinária, para a diplomação do candidato eleito João Alberto Pizzolatti Júnior no cargo de Deputado Federal, nos termos do art. 51 do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRESA n. 7357/2003).

Em 6 de julho de 2011, informei que o horário de expediente neste Tribunal não mudaria, porquanto o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, suspendeu, liminarmente, a decisão do Conselho Nacional de Justiça - CNJ que determinava, por meio do § 3º do art. 4º da Resolução CNJ n. 88, o horário unificado de atendimento ao público – das 9h às 18h, no mínimo – para todo o Poder Judiciário.

Em 3 de agosto de 2011, cumprimentei o Secretário Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, Patrick Galvão Duburt, em visita a este Tribunal naquela semana.

Em 15 de agosto de 2011, saudei o Desembargador Antonio Fernando do Amaral e Silva, bem como o filho do Juiz substituto Carlos Vicente da Rosa Góes, Samuel Góes, presentes na sessão.

Em 21 de setembro de 2011, cerca de 40 acadêmicos da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, campus Balneário Camboriú, assistiram à sessão, na companhia do Professor Newton Cesar Pilau. Na ocasião, convidei o saudoso Juiz Irineu João da Silva para proferir algumas palavras, o qual, após dar as boas-vindas ao professor e aos acadêmicos, recordou os 23 anos em que atuou como professor na UNIVALI, destacou a preocupação da Universidade com o contínuo aperfeiçoamento dos seus professores e, por fim, aconselhou os acadêmicos a buscarem a excelência no exercício da profissão, desejando-lhes sucesso profissional.

Em 26 de setembro de 2011, dei as boas-vindas à Juíza Brigitte Remor de Souza May, que naquela data tomou posse em gabinete no cargo de Juíza substituta, categoria Juiz de Direito, deste Tribunal.

Em 5 de outubro de 2011, dei ciência à Corte do conteúdo da Comunicação Interna n. 11/2011, datada de 4 de outubro de 2011, da Comissão de Concurso Público 2011, dirigida à Direção-Geral, que relata problema enfrentado por vários candidatos provenientes do Concurso TRESA n. 001/2009 - conforme noticiado em jornal de circulação local -, os quais, apesar de estarem pré-inscritos no Concurso n. 1/2011, tiveram suas inscrições na lista de indeferidas, consoante divulgado pela empresa Pontua Prestação de Serviços em Concursos Ltda. no dia 30 de setembro, em seu endereço eletrônico. Para resolver esse problema, a Comissão solicitou à empresa contratada a verificação das ocorrências e a adoção das providências pertinentes, de forma a assegurar a participação dos candidatos de 2009 no novo concurso deste Tribunal. Em face da falta de retorno da empresa, a Comissão efetuou análise que indicou ser muito provável tenha ocorrido problema no sistema de inscrições que considerou a



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

necessidade de pagamento, mesmo se tratando de ratificação de inscrição. A Comissão propôs – medida já acolhida pelo Diretor-Geral – fosse determinado à empresa Pontua que considerasse válida e deferida a inscrição do candidato que, comprovadamente, efetuou a ratificação com estrita observância aos termos previstos no Edital do Concurso TRESA n. 001/2011, a saber: a) no prazo de inscrições; b) pelo meio eletrônico disponibilizado pela Pontua aos candidatos em seu sítio na Internet; c) para o mesmo cargo para o qual se inscreveu no concurso de 2009, mesmo na hipótese de multiplicidade de inscrições para esse cargo; e d) no caso de candidato portador de deficiência, que tenha apresentado novo laudo médico, de acordo com o item 4.27.6 do Edital. Sugeri, ainda, fosse dada ampla publicidade aos encaminhamentos acima. Informei que abriu vista à Procuradoria Regional Eleitoral. Por fim, elogiei a comissão, presidida pela servidora Ana Paula Bel, pelas medidas adotadas.

Em 17 de outubro de 2011, distribuí aos integrantes da Corte mídia com o conteúdo do discurso proferido pela Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no 54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, ocorrido em Belo Horizonte, de 18 a 20 de agosto, tendo em vista a relevância dos temas tratados.

Em 26 de outubro de 2011, comuniquei ao Pleno que, no dia 24 de outubro, encaminhei ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski as duas listas tríplices referentes ao preenchimento dos cargos de Juiz Efetivo, categoria Jurista, visto que se aproxima o término do biênio dos Juízes Rafael de Assis Horn e Oscar Juvêncio Borges Neto no Tribunal. Na mesma data, cientifiquei a Corte sobre o conteúdo da Comunicação Interna DG n. 30, de 21 de outubro de 2011, pela qual o Diretor-Geral, Samir Claudino Beber, elencou as diretrizes sugeridas pelo Grupo de Apoio e Planejamento das Eleições – GAPE e pela Equipe Diretiva para o planejamento e execução das Eleições Municipais 2012.

Em 7 de novembro de 2011, convidei os presentes, integrantes do Pleno e servidores, a assistirem a uma homenagem prestada na forma de vídeo ao Excelentíssimo Desembargador Irineu João da Silva, falecido na madrugada do último sábado, dia 5 de novembro, com alguns momentos marcantes da sua passagem pelo Tribunal. Posteriormente, manifestei meu profundo pesar com o passamento do Juiz Irineu João da Silva, tecendo uma série de considerações ao ex-integrante do Pleno, destacando a sua grande capacidade de trabalho e estudo, a sua dedicação e amor à magistratura e ao ensino superior – nos quais era notoriamente conhecido pela sua grande didática e excelência profissional –, sua inteligência e cultura, seu refinado senso de humor, sua honestidade, seu notório senso de justiça, que conjugava, a um só tempo, severidade e doçura, sua educação e bom trato com as pessoas e sua lealdade aos amigos. Por fim, concitei todos os presentes a aproveitarem cada dia de suas vidas para praticarem o bem, a justiça, a parcimônia e a solidariedade ao próximo, seguindo o exemplo deixado pelo Juiz Irineu João da Silva.

Em 16 de novembro de 2011, comuniquei à Corte o recebimento de manifestações de pesar pelo falecimento do Desembargador Irineu João da Silva



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

encaminhadas pela Ministra Nancy Andrighi, Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral, pelo Desembargador Gerson Ferreira Paes, Presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, e pelo Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

Em 21 de novembro de 2011, procedi à leitura da moção de pesar pelo falecimento do Desembargador Irineu João da Silva encaminhada pelo Presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Desembargador Gerson Ferreira Paes.

Em 23 de novembro de 2011, cumprimentei os acadêmicos do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, campus Balneário Camboriú, presentes na sessão na companhia do Professor Newton Cesar Pilau. Na ocasião, lembrei da saudação prestada pelo Juiz Irineu João da Silva na sessão de 21 de setembro de 2011, quando o Professor Newton Cesar Pilau também esteve presente na companhia de outros alunos. Ato contínuo, por determinação desta Presidência, o Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto entregou-lhe mídia com a homenagem prestada ao Excelentíssimo Desembargador Irineu João da Silva, falecido na madrugada do dia 5 de novembro, com alguns momentos marcantes da sua passagem pelo Tribunal.

### 1.14.2 SESSÕES ADMINISTRATIVAS

Em 28 de março de 2011, comuniquei à Corte os convites para o lançamento do livro "Propriedade e Função Social na Pós-Modernidade", de autoria do Doutor José Isaac Pilati, que ocorreu no dia 30 de março de 2011, na sede da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Em 4 de abril de 2011, comuniquei à Corte a reeleição dos Juízes Leopoldo Augusto Brüggemann e Cláudia Lambert de Faria, respectivamente, para os cargos de Diretor e Vice-Diretora da Escola Judiciária Eleitoral em Santa Catarina.

Em 11 de abril de 2011, submeti ao Pleno a Comunicação Interna DG n. 12/2001, que tratou do Relatório de Avaliação do Projeto Eleições 2010, elaborado pelo Grupo de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Projeto Eleições – GAPE, deste Tribunal. Ato contínuo, ao acolher a proposição desta Presidência, a Corte determinou a anotação de elogios nos assentos funcionais dos servidores integrantes do GAPE, em virtude do excelente trabalho desenvolvido na elaboração do citado Relatório. Submeti, ainda, a Comunicação Interna SJ n. 4/2011, que versou sobre o relatório produzido pelos visitantes estrangeiros que acompanharam os trabalhos do 2º turno das eleições 2010 neste Tribunal. Na mesma sessão, elogiei à atuação dos Juízes Cláudia Lambert de Faria e Leopoldo Augusto Brüggemann na Corte e os parabeneizei pela promoção ao cargo de Juiz Substituto de 2º Grau no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em seguida, os demais integrantes do Pleno também congratularam Suas Excelências pela assunção do cargo em apreço, desejaram-lhes votos de sorte e felicidade e destacaram algumas qualidades do Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann, dentre as quais sua coragem, firmeza e



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

retidão de caráter, cordialidade no trato com as pessoas, honestidade, alegria, seu constante bom humor e empenho pelo trabalho e pela causa da justiça. Por fim, o Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann agradeceu a todos pela oportunidade do convívio, membros da Corte e servidores, em especial os da sua assessoria, e enfatizou o seu pesar em deixar este Tribunal.

Em 18 de abril de 2011, foi apreciada a Proposta de Cronograma Anual de Sessões (2011/2012), nos termos da Resolução TRESA n. 7.822/2011.

Em 2 de maio de 2011, comuniquei à Corte, por meio do Ofício n. 64/2011 – GP, datado de 26 de abril de 2011 e subscrito pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, José Trindade dos Santos, a aprovação unânime pelo Pleno daquele Tribunal da indicação dos magistrados Nelson Maia Peixoto e Gerson Cherem II para ocuparem os cargos de Juízes Efetivos, categoria Juiz de Direito, deste Tribunal Eleitoral, vagos em decorrência da remoção dos magistrados Cláudia Lambert de Faria e Leopoldo Augusto Brüggemann.

Em 11 de maio de 2011, o Tribunal elegeu, à unanimidade, o Juiz Nelson Maia Peixoto para a Direção da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina – EJEESC, nos termos do disposto no § 1º do art. 3º da Resolução TRESA n. 7.376/2004. Na mesma sessão, dei ciência à Corte do conteúdo do Ofício-circular n. 001/2011, que tratou de debate público realizado na Internet para discussão do projeto de lei que propõe um novo Código de Processo Civil.

Em 8 de junho de 2011, comuniquei à Corte a indicação, pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para ocupar os cargos de juízes substitutos, na categoria Juiz de Direito, os Juízes Luiz Antônio Zanini Fornerolli - designado para ocupar a vaga antes ocupada pelo Juiz Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto - e Brigitte Remor de Souza May - que ocupará o cargo após o término do 1º biênio do mandato da Juíza Vânia Petermann Ramos de Mello.

Em 13 de junho de 2011, dei ciência à Corte do teor do Ofício n. 638/2011-TCU/SECEX-SC, que comunicou a aprovação das contas referentes à gestão 2007-2008 dos Desembargadores José Trindade dos Santos e João Eduardo Souza Varella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral deste Tribunal, pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União, em sessão realizada no dia 31 de maio de 2011.

Em 25 de julho de 2011, este Tribunal acolheu, à unanimidade, a proposta formulada pela Coordenadoria de Controle Interno na CI n. 68/2011, para incluir, nos procedimentos de análise a serem observados por aquela Unidade quando do recebimento de prestações de contas que tenham sido julgadas não prestadas, a averiguação do recebimento de recursos de origem não identificada.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em 12 de setembro de 2011, submeti ao Pleno o Ofício n. 1.294/2011 – GP, datado de 9 de setembro de 2011, expedido pela Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que comunicou a escolha, na sessão daquele Tribunal Pleno realizada no dia 9 de setembro, dos advogados André Luís Sommariva, Milton Baccin, Cesar Tadeu de Menezes, Luciano Duarte Peres, Carlos Vicente da Rosa Góes e Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, a fim de comporem a lista sêxtupla para preenchimento de dois cargos de Juiz Efetivo – categoria Jurista – desta Corte Eleitoral. Na mesma data dei ciência à Corte da Portaria P n. 232/2011 que, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Resolução TRESC n. 7793/2010, designou, a partir de 8 de setembro de 2011, o Doutor Gerson Cherem II, Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito, para exercer as atribuições do cargo de Ouvidor Substituto no âmbito deste Tribunal.

Em 19 de setembro de 2011, dei ciência à Corte do Ofício P n. 1.090/2011, datado de 19 de setembro de 2011, que comunicou à Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, a indicação do Desembargador Luiz César Medeiros como responsável pela área de Segurança Institucional do Tribunal.

Em 10 de outubro de 2011, dei ciência à Corte do teor do Ofício n. 04/2011/GT, datado de 10 de outubro de 2011, em que o Grupo de Trabalho – designado pela Portaria P n. 094/2011 – comunicou a conclusão dos estudos visando à atualização do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Na oportunidade, elogiei a atuação dos integrantes do Grupo de Trabalho e, após acolhimento pela Corte da proposição da Servidora Ana Eloise de Carvalho Flôres – Presidente do Grupo –, determinei a anotação de elogios nos assentos funcionais dos servidores Daniel Schaeffer Sell, Dilene Soares Tavares dos Anjos, Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio, Rosana Spiller Fernandes, Valda de Souza Mendonça, Vanessa de Souza Machado e Ana Eloise de Carvalho Flôres, membros efetivos, e Rodrigo Camargo Piva, suplente, tendo em vista “o empenho, a dedicação, a presteza e o comprometimento do Grupo com o trabalho realizado”; bem como dos servidores e da estagiária da Coordenadoria de Sessões da Secretaria Judiciária, Ellen Carina Araujo de Carvalho, Fabiano Marcelino Vieira, Jaqueline Fiedler, Maria Gabriela Mendes de Souza, Maximiliano Simões Sobral, Samuel Borner e Ariane Cristina Alves que “realizaram reuniões paralelas e apresentaram sugestões que muito contribuíram para o enriquecimento do trabalho”. Após, solicitei aos juízes - especialmente àqueles que compõem a comissão designada para análise dessa proposta, Juízes Julio Guilherme Berezoski Schattschneider, Oscar Juvêncio Borges Neto e Rafael de Assis Horn - que, no tempo mais breve possível, antes do final do ano, fosse entregue o projeto para aprovação da Corte.

Em 7 de novembro de 2011, a Corte acatou a sugestão do Assessor de Planejamento Estratégico e Gestão, Augusto César Campos, ao Senhor Diretor-Geral, por meio da Comunicação Interna APEG n. 02/2011, datada de 21 de outubro de 2011, e determinou a suspensão da execução e do cumprimento do atual Planejamento Estratégico do Tribunal, em virtude da iminência da aprovação do Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral. Na mesma sessão, dei ciência à Corte do relatório emitido pela Comissão do Concurso Público n. 1/2011, que destacou a boa



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

organização do concurso, realizado no dia 30 de outubro, e a ausência de irregularidades de porte, com a anulação de apenas uma questão. Informei, ainda, que houve trocas de mensagens em redes sociais acusando a existência de candidatos que foram apadrinhados pela empresa que realizou o concurso e também pelo tribunal, a respeito do que foi encaminhado requerimento à Polícia Federal, para que investigasse os fatos, com cópia à Procuradoria da República. Ato contínuo, determinei a entrega de cópia em áudio/vídeo da homenagem prestada ao Juiz Irineu João da Silva a todos os integrantes do Pleno.

Em 28 de novembro de 2011, o Tribunal aprovou as diretrizes para as Eleições Municipais de 2012 – constantes da Comunicação Interna DG n. 30, datada de 21 de outubro de 2011 –, sugeridas pelo Grupo de Apoio e Planejamento das Eleições – GAPE e pela Equipe Diretiva para o planejamento e execução das Eleições Municipais 2012.

### **1.15 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS**

Compareci:

- em 15 de abril de 2011, ao Encontro Nacional do Judiciário sobre Capacitação Judicial;
- em 5 de maio de 2011, à abertura das comemorações alusivas aos 30 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
- no período de 19 a 21 de maio de 2011, ao 53º Encontro de Colégio de Presidentes, na cidade de Salvador;
- em 24 de maio de 2011, à inauguração da nova Sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Seção Judiciária de Santa Catarina;
- em 29 de junho de 2011, à cerimônia de posse do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, realizado no auditório da Justiça Federal de Santa Catarina;
- em 21 de julho de 2011, à solenidade de lançamento da obra “Histórias de Vida: os Procuradores-Gerais”, realizado no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça;
- em 11 de agosto de 2011, à sessão solene de posse dos Senhores Ernani Guetten de Almeida, Vânio Martins de Faria e Américo Bigaton, no cargo de Procurador de Justiça;
- em 15 de agosto de 2011, à reunião com o Superintendente da Polícia Federal em Santa Catarina;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- no período de 18 a 20 de agosto de 2011, ao 54º Encontro de Colégio de Presidentes, na cidade de Belo Horizonte/MG;
- em 31 de agosto de 2011, à audiência com o Ministro Marco Aurélio Mello, realizada no Supremo Tribunal Federal;
- em 8 de setembro de 2011, à transmissão do cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina;
- em 15 de setembro de 2011, à audiência com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- em 14 de outubro de 2011, à reunião com o Superintendente da Polícia Federal sobre o Concurso Público n. 001/2011.